

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 534.636 - SC (2019/0282595-2)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : FERNANDO ALVES DA VEIGA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : FERNANDO ALVES DA VEIGA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por FERNANDO ALVES DA VEIGA, em seu próprio favor, no qual aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA e aduz, em síntese, que a dosimetria da pena contém vícios sanáveis pela via eleita.

É o brevíssimo relatório.

Constata-se inexistir, neste momento, qualquer ato atribuível à autoridade apontada como coatora passível de ser analisado por esta Corte Superior de Justiça na via do *habeas corpus*, circunstância que impede o conhecimento da impetração.

Ante o exposto, **não conheço do *habeas corpus***, nos termos do artigo 34, inciso XX, do RISTJ.

Encaminhe-se cópia destes autos à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina para que requeira o que entender de direito em favor de FERNANDO ALVES DA VEIGA perante o Juízo competente.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator